

Os "89s" e a Fraternidade Ausente

1789 (Rev. Francesa): Nasce a dicotomia Direita x Esquerda, focada em Liberdade e Igualdade. A Fraternidade, apesar da divisa, é marginalizada.

- **Dicotomia Central**: O debate sobre a propriedade e a soberania popular define as frentes políticas.
- 1989 (Queda do Muro): Um "fim da história" que ignorou a universalidade humana e as lições da Fraternidade.
- A Grande Lacuna: A ausência da fraternidade levou a interpretações parciais da política e da história.

O Paradigma da Política em vigor: Hostilidade e/ou Sacrifício

O Paradigma da Hostilidade: A política tradicionalmente se baseia na distinção "Amigo x Inimigo" (Carl Schmitt).

• <u>A Lógica Sacrificial</u>: A ordem social é estabelecida através da exclusão e eliminação de "bodes expiatórios" (René Girard).

<u>Incompatibilidade Radical</u>: Essa fundação política torna a fraternidade um "fato privado", irrelevante ou impossível.

 Consequência Trágica: A absolutização das partes levou à negação do respeito, ao totalitarismo e à violência.

Reencontrando o Norte: Fraternidade como Metacategoria Política

- Critério Fundacional: A fraternidade é a "metacategoria" que deve reorientar a política, transcendendo (mas não eliminando) Direita e Esquerda.
- Política da Verdade: Exige respeito, sinceridade, testemunho e solidariedade, baseada no valor incondicional de cada pessoa.
- **Diálogo Não-Violento**: Opõe-se à política da mentira e da exclusão, buscando um caminho de comunicação e reconhecimento mútuo.
- O Sentido Essencial da Igualdade: A igualdade só ganha seu pleno sentido e possibilidade histórica sob a luz da fraternidade.

Um Novo Contrato Social: O da Fraternidade Global

- Crises Globais: Fome, guerras, desastres ecológicos e exclusão social exigem cooperação urgente.
- Os "Excedentes" da Sociedade: A política atual cria marginalizados, "supérfluos", que precisam de uma vontade política para existir.
- O Dever Comum: Direita e Esquerda democráticas devem adotar a fraternidade como imperativo.
- Fraternidade para a Direita: Serve como limite crítico contra a opressão e o totalitarismo.
- Fraternidade para a Esquerda: É um objetivo positivo para construir uma sociedade sem "excedentes", em escala planetária.
- A Escolha Crucial: Acreditar na possibilidade histórica da fraternidade é a opção fundamental para um futuro digno.

A Divisa Republicana Francesa na Revolução de 1789

Marginalização Inicial

A divisa "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" se firma só em 1848. nicialmente, a Revolução focou na liberdade, e a igualdade só foi oficialmente posta ao lado da liberdade em 1792. A fraternidade era raramente mencionada em documentos oficiais ou bandeiras dos distritos de Paris em 1790, sendo mais um sentimento patriótico de união entre franceses.

O Papel das Sociedades Populares

A ideia de fraternidade ganhou força nas "Sociétés Populaires". "Sociétés Fraternelles des Deux Sexes" reuniam homens e mulheres, burgueses e proletários. Promoveram o sufrágio universal e uma ideia mais ampla de cidadania.

A Autodestruição da Fraternidade no Terror

Durante o Terror, a fraternidade foi distorcida, tornandose excludente. Barere declarou que a fraternidade deveria ser "concentrada... entre os patriotas", excluindo aristocratas e inimigos.

Surgimento Formal

A primeira menção formal da trilogia completa em um documento político oficial ocorreu em 1790, no discurso de Robespierre. Proposta: as palavras "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" fossem bordadas nos uniformes e inscritas nas bandeiras.

A Fraternidade que Une e Divide

A fraternidade na Revolução Francesa teve dois papéis: o de unir a nova nação e o de dividir. Festas da Federação buscavam criar um "homem novo" e uma "consciência pública". Surgiram duas interpretações: uma "voluntária e construída" e outra de origem cristã.

As Raízes Cristãs e a Ação dos Iluministas

Os cristãos infundiram os três princípios na cultura europeia. <u>La Boétie</u> via a fraternidade como um laço natural que gerava igualdade e liberdade.

<u>Iluministas</u> buscaram fundamentar os princípios em uma cultura pagã pré- cristã.

A Revolução Negra (Haiti 1791)

O Desafio Haitiano

A Revolução Haitiana foi <u>a</u> "outra face" da Revolução Francesa. Escravos negros se rebelaram e conquistaram <u>a</u> independência, formando a primeira República Negra.

A cultura europeia não conseguia admitir a capacidade de autolibertação dos negros.

Interesses Econômicos e Eurocentrismo

Recusa dos revolucionários franceses em reconhecer os direitos dos negros no Haiti por motivos econômicos e culturais.

Assembleia Nacional francesa incentivava o tráfico de negros e se recusava <u>a</u> estender direitos aos escravos.

A Fraternidade como Universalização Real

A Revolução Haitiana deu um "conteúdo efetivo ao 'todos" da Declaração Francesa.

Críticas à visão eurocêntrica da Revolução Francesa.

Padre Grégoire defendia a libertação dos escravos com base na fraternidade universal de origem bíblica.

Haiti: Testemunho da Fraternidade Política

Mostra que liberdade e igualdade, sem fraternidade, podem se voltar contra si mesmas.

Toussaint- Louverture compreendeu que só a fraternidade poderia conquistar e manter a liberdade e igualdade. Haiti é visto como um "novo horizonte político" para o nosso tempo.

Democracia e Participação





A participação cidadã é
essencial para a definição e
funcionamento da
democracia.
Destaque para a "dimensão
horizontal da participação
de massa".



Crítica à "Tese do Excesso de Democracia"

Contesta a ideia de que o aumento da participação leva a uma crise democrática.

Defende a necessidade de um "diálogo constante" entre eleitos e eleitores. Participação é muitas vezes seletiva, beneficiando pessoas com mais recursos.



Participação e Democracia Representativa

Voto eleitoral não é
suficiente em uma
democracia representativa
de qualidade.
Necessário abrir novas
formas de participação
para a sociedade civil.



Princípio da Subsidiariedade Horizontal

Princípio reconhece e

apoia iniciativas
autônomas de cidadãos.
Invertendo o fluxo
tradicional de poder e
decisões do Estado para os
cidadãos.

Entre Inclusão e Exclusão: O Papel da Fraternidade

A Tensão Inclusão-Exclusão

Participação pode criar inclusões seletivas e exclusões de certos sujeitos.

O Pacto Político-Participativo

Anti- elitista: Reconhece a capacidade e responsabilidade de cada cidadão.

Diálogo Transversal: Promove o diálogo entre várias filiações ideológicas.

Responsabilidade Compartilhada:

Amplia o espaço da ação social e favorece a auto- organização.

Fraternidade como Solução

Fraternidade universal é capaz de "sanar os efeitos perversos da lógica que transforma inclusão em exclusão". Promove relações de partilha e responsabilidade.

Fraternidade e Qualidade Democrática

Fraternidade melhora o conteúdo, resultado e qualifica o processo de democracia.
Contribui para uma "democracia de qualidade".

O Princípio da Fraternidade na Declaração Universal

Contexto da DUDH:

A DUDH, aprovada em 1948.
Objetivo de promover o
respeito aos direitos humanos
universalmente.

Inovações da DUDH

Universalidade, ampliação do escopo e inclusão de direitos econômicos e sociais.

Passagem de um projeto "internacional" para "universal".

Artigo 28 e 29 destacam a responsabilidade de sujeitos políticos e sociais.

Direitos econômicos e sociais como pilares.

Fraternidade no Artigo 1º

Artigo 1º da DUDH afirma"Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e devem <u>agir uns para</u> <u>com outros com espírito de</u> fraternidade."

Fraternidade e Deveres para com a Comunidade



Princípio Ativo e Moral Fraternidade é um "princípio ativo, motor do comportamento". Está ligada ao Art. 1º e ao Art.

29 da DUDH.



Deveres e Direitos

Reconhecimento de que direitos não são absolutos. Alinhamento com a visão de João XXIII sobre direitos e deveres.



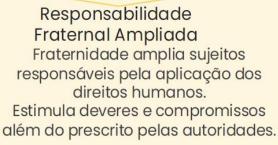
Comunidade e Universalidade

Termo "comunidade" no
Artigo 29: "<u>O indivíduo tem</u>
deveres para com a
comunidade, fora da qual
não é possível o livre e pleno
desenvolvimento da sua
personalidade".



Fraternidade vs. Solidariedade

Solidariedade pode manter diferença de posição entre sujeitos. Fraternidade implica "efetiva paridade dos sujeitos".



Fraternidade e Direito ao Desenvolvimento

(Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986).

- **Responsabilidade Comum:** Embora os Estados tenham a responsabilidade primária (Art. 3°), a Declaração enfatiza a responsabilidade de *todos os seres humanos* (Art. 2°, §2) para o desenvolvimento, incluindo organizações da sociedade civil, consumidores e empreendedores. Isso antecipa uma consciência global e ambiental.
- Visão Integral: O desenvolvimento é concebido de forma abrangente, incluindo aspectos sociais, culturais, políticos, direitos humanos e paz, alinhando-se com o conceito de "desenvolvimento humano" do PNUD e o "desenvolvimento integral do homem e dos povos" do Magistério da Igreja Católica.
- Participação Popular: A participação é vista como um fator essencial para o desenvolvimento (Art. 8°, §2), destacando o papel dos beneficiários e não apenas dos agentes externos.

Fraternidade e Dever de Cooperação entre os Estados

A fraternidade se relaciona ao **dever de cooperação** entre os Estados (Art. 3°, §3), expandindo essa responsabilidade para além do que é legalmente prescrito, estimulando compromissos voluntários de sujeitos não-públicos.

A fraternidade enriquece o conceito de **parceria** no desenvolvimento, promovendo uma igualdade substancial entre os envolvidos — países desenvolvidos e em desenvolvimento, ONGs, empresas — indo além da mera assistência e buscando um entendimento mútuo das potencialidades e necessidades de cada um para um desenvolvimento global sustentável.

Em suma, <u>a fraternidade "responsabiliza" cada indivíduo pelo outro e pelo bem comum, buscando soluções que nem sempre dependem exclusivamente da autoridade pública.</u>

Obrigado!

JNCF